

## CONCURSOS PÚBLICOS: INQUÉRITOS DUAIS

INFORMÁFRICA, março/95

Os inquéritos parlamentares valem o que valem, é sabido. Em Cabo Verde, desde que se instaurou o multipartidarismo, já se fizeram alguns, com resultados mais ou menos idênticos: constou, mas nada se provou. Ou melhor, há factos, mas a Lei é lacunar. Ou melhor, a lei existe, mas pode-se dar-lhe um jeito. Como no caso do ex-embaixador em Lisboa, Maiórias!

O último IP em data recaía sobre o ministro das Infra-Estruturas e Transportes, o empresário da construção civil Teófilo Figueiredo, por suspeita de favorecimento ilícito nos concursos públicos de empresas a que, de algum modo, o próprio ministro, familiares e colaboradores estão ligados.

As conclusões foram duais, segundo a cor dos deputados integrantes da CPI.

Vamos primeiro pelo que concluíram os minoritários,

talvez influenciados por rumores que correm insistentemente na opinião pública:

«(...) O Ministro das Infra-Estruturas e Transportes (...) vem intervindo (...) em concursos nos quais participam empresas em que tem interesses, nomeando e anulando comissões de avaliação; homologando ou decidindo não homologar; homologando e anulando o despacho de homologação após reclamação; indicando o sentido da adjudicação para apresentação à entidade financiadora externa, o que é eticamente reprovável e susceptível de pôr em causa os princípios da transparência e da imparcialidade que devem nortear qualquer concurso.»

«(...) O Sr. Carlos Henriques Correia da Fonseca, consultor do MIT, coordenador dos vários consultores do Banco Mundial e co-autor

na elaboração dos termos de referência para os vários concursos de estudos, nomeadamente os financiados pelo Banco Mundial, é administrador da empresa PERFORM, que tem participado e ganhou vários desses concursos, quer sozinha quer em consórcio com outras empresas, designadamente a AUDIT, empresa do Sr. Paulo Figueiredo Silva, filho do Sr. Ministro das Infra-Estruturas e Transportes, com o aval do MIT.»

Estes seriam factos em si gravosos, se provados em qualquer instância independente e credível.

Diferente é, porém, a opinião da maioria absoluta que sustenta o Governo, para quem «a Comissão não encontrou, em qualquer dos dossiers consultados, evidências de violação relevante da legalidade e dos princípios de imparcialidade, justiça e trans-

parência, tendo sido fundamentadas com base na Lei e no interesse público a generalidade das decisões tomadas».

Para além de que «(...) a ordem jurídica cabo-verdiana é lacunar quanto às incompatibilidades e impedimentos a órgãos e agentes da Administração Pública relativamente a situações de conflito de interesses públicos e privados».

Recorde-se que ainda nos finais de 94 a maioria do MpD chumbou pela terceira vez uma proposta da oposição relativamente à responsabilidade e incompatibilidades dos titulares de cargos públicos.

Lá diz o ditado que a verdade vem sempre ao de cima, e oxalá lacunas (pequenas lagoas) tão oportunas nunca se venham a transformar em charcos. Como qualquer lagoa onde se acumulam demasiados detritos.

Manuel Delgado

## ABAIXO O MONOPÓLIO, VIVA O MONOPÓLIO!

INFORMÁFRICA, março/95

A empresa que resultou do «concupinato» entre a EMPA (Empresa Pública de Abastecimento) e a Nordicave do tio do primeiro-ministro Carlos Veiga (também Carlos Veiga de seu nome) no domínio da importação e distribuição de cimento requereu ao Governo um regime proteccionista até que cumpra os encargos de 940 mil contos que contraiu junto de um financiador sueco.

Esse regime deveria traduzir-se numa quota exclusiva de importação de cimento a granel, para posterior ensacamento em Cabo Verde, cobrindo pelo menos 80% do mercado interno, para além da proibição de serem instalados quaisquer outros empreendimentos similares, nomeadamente a moagem do clinker local. Veiga (tio) também requereu ao Governo um regime fiscal favorável em relação ao cimento que venha a ser importado já ensacado.

Os pareceres pedidos a técnicos abalizados pelo actual ministro da Coordenação Económica, Gual-

berto do Rosário — que ainda há um ano e meio, enquanto líder da bancada do MpD, defendeu acaloradamente a liberalização da importação de cimento —, têm sido, segundo as nossas fontes, desfavoráveis na generalidade.


Até 1992, o cimento, considerado um produto estratégico pelos governos de Pedro Pires, pelo «boom» de construção posterior à independência, era um exclusivo da EMPA, que garantia um preço unitário em todas as ilhas do arquipélago. Tentativas de implantação de uma indústria nacional de cimento, aproveitando o clinker da ilha do Maio e as pozolanas de Santo Antão, goraram-se entretanto, pela desproporção entre a estreiteza do mercado interno e os investimentos requeridos, já que os peritos consideram que esse rácio tem de ser apropriado, mesmo quando haja perspectivas de exportação.

O peso da construção pública e privada na formação do produto interno fez da questão do cimento

quase o momento-símbolo da prometida liberalização da economia. Só que os seus processos, no mínimo pouco transparentes (implicando anulações de concursos, demissões de membros do Governo, insultos e revelações escabrosas no plenário da Assembleia, processos por difamação a jornalistas que o tribunal deu como não provados, etc.), foram a gota de água que levou inclusive à cisão do partido do Governo, dando origem ao novel PCD dos ex-ministros Eurico Monteiro e Jorge Fonseca.

A «clarificação» que o clã Veiga quer agora introduzir na questão, pela mão do homem (Gualberto do Rosário) que desde a Shell-Cabo Verde depende do actual ministro dos Negócios Estrangeiros, José Tomás Veiga, irmão do primeiro-ministro, há-de necessariamente provar uma de duas coisas: ou o poder dos Veiga é de betão ou os cabo-verdianos são uma cambada de bananas.


M.D.



NOITE  
DE  
CABOVERDE

DIA 17 DE MAIO,  
ÀS 23 HORAS

DISCOTECA ZOOM  
RUA RODOLFO  
DANTAS, 102,  
COPACABANA



# ANGOLA: POLÍTICA E MISÉRIA – MISÉRIA DA POLÍTICA

INFORMÁFRICA, abril/95

**Manuel Jorge**  
**Professor de Direito**  
**Universidade René Descartes**  
**Paris V**

Todos os angolanos, todos os amigos de Angola, aplaudiram o anúncio da assinatura dos acordos de paz entre as duas partes beligerantes. Ao mesmo tempo, os angolanos exprimiram uma preocupação: quais seriam as consequências do facto de que o líder da oposição armada não tivesse assinado pessoalmente os acordos?

A resposta não tardou. Depois de algum tempo de hesitação a oposição armada e o seu líder parecem dar o dito por não dito e propõem-se de novo recorrer às armas para tentarem recuperar o espaço político que perderam nas últimas escaramuças que precederam a assinatura dos acordos de Lusaka.

A impressão geral dos observadores, angolanos e estrangeiros, é que a oposição armada e o seu líder não fazem prova de patriotismo e parecem ignorar a miséria em que vive o povo angolano, por razões puramente políticas. Ora, a política adoptada pela oposição armada é incompatível com a miséria existente no país (I). A persistência do conflito armado mostra, aliás, a miséria da política proposta ao povo pela oposição armada (II).

## **I - Política e miséria do povo**

Desde os primórdios da independência de Angola a convicção se foi alastrando entre os observadores, angolanos e estrangeiros, de que os partidos políticos que se propunham aceder ao poder não conheciam, na realidade, o país que pretendiam governar.

Foi essa discrepância entre a vontade política dos partidos e a realidade política do país que esteve na base do recuo económico, da regressão social e da instabilidade política de que sofre Angola, ainda hoje.

## **A - A vontade política dos partidos**

Em democracia, é a vontade da nação ou do povo que se traduz na política do Estado. Ora, em Angola, os partidos políticos em geral e a oposição armada, em particular, em vez de procurarem

a aglutinação da nação, utilizaram as principais vias de clivagem, que acabaram por enfraquecer o Estado e dividir a nação.

Foi louvável o esforço do partido governamental que organizou uma política de abertura e deixou um espaço maior à expressão da democracia. Mas o que parece incompreensível é que a oposição armada e o seu líder não tenham aproveitado a oportunidade que lhes foi assim oferecida para consolidar a democracia.

O que é preciso é dizer-se que enquanto a oposição armada e o seu líder não exprimirem uma vontade política em comunhão com a vontade da nação, eles não terão nunca a possibilidade de aceder ao poder. Que ninguém se engane: a oposição armada perdeu as eleições legislativas e sofreu uma derrota militar. Num país normal, não faria parte do Governo. Se a solução oposta vingou foi porque pressões internacionais a impuseram. E o líder da oposição armada não deve também ter ilusões: enquanto ele pretender ser o líder de uma etnia e continuar a viver refugiado nas matas, ele não tem qualidade para exercer a magistratura suprema em Angola.

Um líder e um partido que são insensíveis à miséria do povo não podem ter qualquer credibilidade. Eles não são respeitados. Eles são temidos. Ora a política exige respeito e exclui o medo.

## **B - A realidade política do país**

Nenhum homem político digno desse nome pode ignorar que, em Angola, neste momento o povo vive numa miséria extrema, seja qual for o observador que visite Luanda, Huambo, Malange, Bié, Dalatando, etc, fica impressionado com a quantidade de gente miserável deambulando pelas ruas ou morrendo nos passeios, à beira das estradas.

Essa miséria é incompatível com o potencial económico do país. Raros são, com efeito, os Estados que possuem um solo tão fértil, um subsolo tão rico, uma costa tão fornecida. Só aqueles que desconhecem o país podem pensar que o estado actual de Angola corresponde à sua realidade.

Na verdade, o que está na base da miséria do povo é o cinismo de

certos homens políticos. Para realizarem as suas ambições pessoais não hesitam em desencadear guerras, que lhes permitem ganhar dinheiro em tráficos de armamento e da riqueza nacional. O que não sabem esses pretensos políticos é que, no interior do país, o povo não tem por eles nenhuma estima e consideração. Do mesmo modo, no estrangeiro, eles são vistos como déspotas a quem se não deve abrir as portas sob pena de acabar com as mãos sujas de sangue.

É pois imperativo que a oposição armada e o seu líder se comportem como angolanos patriotas e não como instrumentos do estrangeiro. Só se eles exprimirem uma vontade política conforme à vontade da nação é que eles têm alguma esperança de participar um dia na grande tarefa de reconstrução do país. Só esse comportamento permitirá que desapareça a imagem de uma miséria da política.

## **II - Miséria da política**

Os partidos que se disputam o poder em Angola assumiram uma grave responsabilidade histórica, na medida em que desacreditaram a função da política.

Durante a luta pela independência de Angola era, para os angolanos, um orgulho participar na vida política. A ambição pessoal esbatia-se para que se exprimisse somente a vontade política de todos, com vista à realização do bem estar geral.

Quando Angola acedeu à independência, e mesmo pouco tempo antes, começaram a manifestar-se os primeiros sinais da miséria política com que se debate hoje o país: de imediato a corrida aos postos de chefia começou. Para aceder ao posto de ministro, de director de empresa, de subchefe, todos os meios foram admitidos e todas as baixezas permitidas: intrigas, calúnias, ameaças, assassinatos.

A «fúria de mandar», como diria um poeta, foi tal que acabou por induzir o movimento inverso. Hoje os homens políticos estão desacreditados. Aqueles que governaram durante vinte anos não conseguiram impedir a guerra e a miséria. Aqueles que, durante vinte anos, puseram o país a ferro-e-fogo, pensando que a oposição armada é uma forma de governo, não conseguiram pro-

por nenhum projecto aceitável. É que é mais fácil destruir do que reconstruir.

A «vã cobiça» que se traduziu pelo enriquecimento rápido e muitas vezes ilegal dos homens políticos, tanto do governo como da oposição armada, fez com que o povo se afastasse definitivamente da política. Hoje ninguém acredita na política, porque ninguém acredita nos políticos. É pena, porque a participação dos cidadãos na república é um elemento indispensável da consolidação da Democracia.

É pois imperativo que a classe política angolana faça sair a política do estado de miséria em que ela se encontra. Para reabilitar a política é preciso, antes de mais, que cesse o diálogo por intermédio das armas.

Os acordos assinados em Lusaka só terão um significado real quando o povo conhecer o seu teor e poder impor o seu respeito a cada um dos signatários. Infelizmente, a bipolarização da vida política angolana não permite que os porta-vozes do povo se expressem com a força suficiente para serem ouvidos.

Enquanto não houver um confronto de projectos políticos diversos, é a linguagem das armas que vai prevalecer. Ora, as armas não trazem consigo nada de construtivo. Com elas só vem um cortejo de desolação e de morte que se acompanham da miséria do povo.

A miséria da política, ou melhor, a miséria dos projectos políticos está na base da miséria do povo. Para se poder sair deste sistema, que conduz ao impasse, é preciso que cada angolano, que cada cidadão, seja qual for a sua situação política, a sua posição social, a sua convicção ideológica ou religiosa, exija que os beligerantes respeitem os acordos que assinaram.

Não há razão nenhuma para que o povo angolano continue a sofrer só porque certas pessoas decidiram que o devem governar sem se quererem submeter ao veredicto das urnas. Que haja um governo e uma oposição, sim! Mas que haja uma oposição armada, não!

Queira o nosso apelo encontrar no coração dos patriotas angolanos o eco do clamor das vozes daqueles que sofrem.

# A LIDA DE PARIS

INFORMÁFRICA, abril/95

Joaquim Chissano deve estar satisfeito. O seu novo Primeiro-Ministro foi a Paris e, se não foi ao famoso Lido beber champanhe, pode dizer-se que lidou muito bem (com) os doadores do Clube de Paris e tem motivos para festejar. Mas o sucesso não foi total — a a Renamo diz que Mocumbi mentiu; e o ex-amigo americano só contribuiu com 6%, além de emitir um documento pouco simpático. Não admira que a euforia tivesse descabado em azedume. Vamos à história.

## 'Suspense' das vésperas

É sabido que a reunião dos doadores em Paris foi adiada para depois das eleições por duas vezes. Mesmo a data de Março continuava alvo de especulações. As pressões foram muitas e públicas. No fim do mês de Fevereiro, o representante do Banco Mundial foi a Maputo declarar em alto e bom som que tinha de haver «mudanças rápidas». E fez públicas as condições: reforma financeira, reformas fiscais, prioridade à agricultura e à inflação. Ainda vago. Mas houve quem lhe perguntasse se isso, por exemplo, implicava despedir centenas de bancários. A resposta veio, meio misteriosa: «A discussão é muito mais abrangente.» E é, como veremos mais abaixo.

De mãos dadas com estas pressões externas esteve a Renamo. Embaixadas houve que chegaram mesmo a «sugerir» ao Governo a inclusão de Dhlakama na delegação em Paris — seria uma prova da «democratização» em curso. O Governo resistiu. E a Renamo insistiu. Dhlakama ameaçou então lançar uma campanha internacional contra a ajuda se não fossem tomadas medidas anticorrupção. Erro grosso, claro. Os seus conselheiros esqueceram-se de que as autárquicas vêm aí. E foi de imediato acusado de «asfixiar o próprio povo moçambicano». Mais próximo da data da reunião o líder da Renamo emendou a mão: estava disposto a servir até de porta-voz (sic) do

Governo em Paris, mas na condição de lhe darem contas do destino do dinheiro a receber. Para começar, o OGE e a proposta do Governo deviam primeiro ser do conhecimento dos deputados.

O Governo foi procurando desmentir as especulações catastróficas de adiamentos *sine die*. O que não impediu que uma sondagem desse mais de 63% de moçambicanos (economistas, empresários, etc.) a duvidar muito dos eventuais bons resultados. Mil milhões de dólares estão garantidos, respondeu o Governo. E alguns dias antes do encontro, enviou o projecto do OGE aos líderes das bancadas. Apanhados de surpresa, só lhes restou dizer que não havia tempo para dar opiniões sequer. Também não era esse o objectivo...

Entretanto, os cidadãos moçambicanos, na sua maioria na posição de quem precisa literalmente da ajuda como de pão para a boca, aguardavam em suspenso.

## Milhões de promessas

E o dia chegou. Como num exame em que o aluno sabia antecipadamente as perguntas (e as respostas), Mocumbi avançou com os trunfos que tinha: portos e caminhos de ferro a servir os países vizinhos. Cahora Bassa idem, gás de Pande e muitas promessas de reformas na banca, nas alfândegas, nas privatizações, na «democratização». Simultaneamente, como quem não quer a coisa, o governador do Banco Comercial de Moçambique dava notícia de que o seu banco seria privatizado até ao fim do ano e que o Banco Popular de Desenvolvimento seguiria o mesmo caminho em 1996. Estava explicada a «abrangência» a que se referia o funcionário do Banco Mundial...

Depois das promessas de Mocumbi, vieram as dos doadores. Os números são conhecidos, mas vale a pena ficarem aqui registados de novo. Para financiamentos e créditos: \$783,5 milhões, distribuídos assim: 431 para investimentos, 227 para apoiar importa-

ções, 125 em ajudas alimentares. Foram ainda calculados \$326 milhões para reescalonamento da dívida. O total vai a \$1109,5 milhões, excedendo a proposta do Governo em cerca de \$5 milhões. Um sucesso. Ou talvez não tanto.

## As pedras no sapato

Porque o processo teve e tem escolhos. O Primeiro-Ministro Mocumbi sabe-o bem. Como pessoa pouco dada a gestos demagógicos, a sua contenção surpreendeu os eufóricos jornalistas moçambicanos, quando regressou a Maputo. O «Notícias» teve de conceder que Mocumbi chegava «sem grandes novidades» e que «esteve pouco dado a desenvolvimentos sobre Paris». E, no entanto, era compreensível a atitude reservada de Pascoal Mocumbi.

Já antes o «superministro» das Finanças, Eneas Comiche, reduzira o entusiasmo ao lembrar que não era dinheiro líquido que vinha, mas assistência técnica, ajuda alimentar, compra de matérias-primas. Por outras palavras, o negócio vai render principalmente aos países doadores. Como sempre.

Por outro lado, não foi agradável ouvir a embaixada do Reino Unido a voltar a lembrar que tudo está condicionado ao cumprimento do programa do Governo. Isto é, como reconheceu Mocumbi, quem marca o compasso, quem continua a dominar a dança são os doadores, que preferem, como S. Tomé, ver para crer. E para Mocumbi, um nacionalista sincero, um homem orgulhoso, a operação deve ter tido aspectos demasiado humilhantes. Por exemplo, foi com dificuldade que teve, perante os compatriotas jornalistas, de contornar a questão da privatização dos bancos, aceitando a medida «se necessário» (não esqueçamos que não existem moçambicanos com capacidade para comprar bancos...).

Mas foi a posição dos EUA que tornou mais amarga esta «vitória» do ex-Ministro dos Estrangeiros. De facto, o em-

baixador americano Denis Jett foi a sombra negra da reunião. E o seu porta-voz foi a administradora adjunta para África da USAID, Carol Peasley. Nunca antes se viu tanta soberberia da parte dos EUA frente ao Governo de Moçambique. (Ver «O Documento Americano»)

Outro momento amargo para Mocumbi teve origem nas exigências «democratizadoras» que lhe foram feitas na reunião. Assim, entre os argumentos que usou para convencer os seus amigos ricos (ou ricos amigos), esteve o de desmentir as acusações da Renamo sobre a falta de apoio governamental àquele partido. E disse que o seu Governo continuava a pagar as contas correntes (luz, água, rendas, telefones, combustíveis, aluguer de viaturas, etc.) da Renamo, conforme prometido em Roma. Raul Domingos veio de imediato desmenti-lo: desde Julho de 1994 que tal não sucede, afirmou. E acrescentou: Mocumbi enganou os doadores, mentiu-lhes. O Ministro da Presidência, Fernando Madeira, veio em socorro da Mocumbi: o Governo paga as rendas das casas e o combustível, sim senhor, os telefones e a comida é com os doadores. Logo, já não era bem como antes o Governo fizera crer... Vicente Ululy, o hábil ex-secretário-geral da Renamo, fez novo desmentido: o Governo não paga nada desde Fevereiro de 94. E tirou os dividendos: «O Primeiro-Ministro usou-nos como tábuas de salvação.» Isto é, a «grande vitória» do Governo teria sido à custa da Renamo e basear-se-ia numa mentira.

E, quando se esperava ver um Mocumbi firme, a refutar as acusações com provas na mão, viu-se um Primeiro-Ministro a não conseguir deixar de se mostrar agastado e (sintomaticamente?) a fugir à questão: «Não é momento para declarações absurdas (...) O Governo não tem dinheiro para distribuir.»

A festa estava estragada.

**Sigawula Muyenzi**

Savimbi já recebe preito dos embaixadores de Angola

# A reconciliação nacional está a ganhar terreno

PÚBLICO, 19.5.95

O EMBAIXADOR de Angola na República da África do Sul, Manuel Alexandre Duarte Rodrigues, "kito", um dos mais prestigiados diplomatas do seu país, esteve ontem à tarde no aeroporto da Cidade do Cabo a apresentar cumprimentos de despedida ao líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, que na véspera foi recebido pelo Presidente Nelson Mandela.

O gesto medido de um embaixador angolano a prestar preito de homenagem a aquele que durante tantos anos foi o inimigo público número um do Estado MPLA diz bem do bom encaminhamento actual do processo de reconciliação nacional, após mais de um quarto de século em conflito.

"kito" participou a partir de 1978 nas negociações multilaterais que levaram à retirada cubana de Angola e à proclamação da independência da Namíbia, sendo desde finais do ano passado o primeiro embaixador do seu país na República da África do Sul. Por tudo isso, a sua apresentação de cumprimentos a Savimbi foi particularmente significativa, dando peso às versões de que o chefe da UNITA está finalmente na calha para um posto de

particular importância, seja ele o de vice-presidente ou o de primeiro-ministro especial de José Eduardo dos Santos.

## Chivukuvuku recuperado

Por outro lado, junto de Jonas Savimbi nesta sua primeira visita ao Presidente Mandela encontrava-se Abel Chivukuvuku, o diplomata da UNITA que ficou em Luanda após os trágicos acontecimentos que se sucederam às eleições de 1992 e que nesta altura se encontra em fase de total recuperação, como uma das figuras cimeiras do Gale Negro.

Um segundo acompanhante do líder durante a viagem à Cidade do Cabo foi o representante do partido na África Ocidental, John Kakumba Marques, grande elo de ligação da UNITA tanto à Costa do Marfim como a importantes interesses empresariais franceses.

Agora, depois de uma inevitável escala no Zaire, do seu amigo Mobutu Sese Seko, o tão polémico Savimbi estará hoje de regresso às terras do Bailundo, de onde tencionava telefonar ao Presi-

dente José Eduardo dos Santos e dar-lhe conta das suas conversações na África do Sul, bem como combinar quando é que irá a Luanda.

Durante a estada no Cabo, capital legislativa dos sul-africanos, o chefe da UNITA reafirmou que aceita o resultado das eleições legislativas e presidenciais de Setembro de 1992, apesar de não se encontrar convencido de que os mesmos foram totalmente "justos".

Segundo reconheceu, é um facto que já nenhuma das partes está com determinação suficiente, nem com apoios necessários, para continuar a guerra, pelo que a UNITA se dispôs, se o Governo o desejar, a "partilhar a responsabilidade de instaurar a paz em Angola".

## Coexistência pacífica

O que ressalta tanto da primeira de dia 6 de Maio na capital zambiana como das declarações feitas durante os encontros desta semana com Mandela e com o vice-presidente Thabo Mbeki, no Cabo, é que o Governo de Angola e a UNITA pare-

cem finalmente dispostos a coexistirem, em paz.

Elementos que desde a proclamação da República, em 11 de Novembro de 1975, militaram na oposição armada ao regime instituído por António Agostinho Neto e pelo MPLA deverão em breve participar a diversos níveis nas instituições do Estado angolano: Parlamento, Governo, administração de províncias e municípios, embaixadas...

Para que isso seja possível, instaurando-se um clima de certa estabilidade que o país quase nunca conheceu desde que em 1961 principiou a luta armada pela independência, as duas partes teriam prescindido dia 6 em Lusaca da segunda volta das eleições presidenciais de 1992, nas quais José Eduardo dos Santos obteve 49,57 por cento dos votos e Savimbi 40 por cento.

A ser assim, coisa que ainda está por confirmar oficialmente, teria caducado já o anexo número sete do Protocolo de Lusaca, referente à conclusão do processo eleitoral. Mas resta ver o que acontecerá quando, no próximo ano, expirar o prazo inicialmente previsto para a primeira legislatura pluralista de Angola. Ira o mandato dos deputados ser prorrogado até 1996, a bem da estabilidade? ■

Jorge Heitor

# Nenhum caso registado

PÚBLICO, 19.5.95

APESAR das autoridades sanitárias assegurarem que não se detectou ainda nenhum caso do vírus de Ebola em território angolano, o corredor fronteiriço entre Cabinda e a República do Zaire foi encerrado na segunda-feira à tarde.

A medida, decretada pelo governo regional do enclave situado no extremo norte do país, proíbe a entrada de cidadãos zairenses em Cabinda, além de não autorizar o prolongamento dos vistos aos cidadãos zairenses que aí se encontram e limita o comércio na fronteira. Há uma excepção: os angolanos que regressam ao seu país vindos do Zaire, que deverão no entanto ser submetidos a análises clínicas. Estas medidas traduziram-se na colocação de postos de vigilância e controlo sanitário nas fronteiras.

Citado pela Lusa, o director provincial de Saúde, Vitor

Muabi, justificava o encerramento da fronteira como uma medida preventiva, apesar de não ter sido notificado nenhum caso do vírus de Ebola em Cabinda.

O alerta lançado em Cabinda confirma o receio da propagação do Ebola ao longo da vasta fronteira comum de 1800 quilómetros. No passado dia 11, segundo o PÚBLICO apurou, o ministro da Saúde de Angola foi notificado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a existência "de um surto de grave epidemia de febre hemorrágica surgida no Zaire", tendo de imediato criado uma comissão de emergência integrada por técnicos do Laboratório Nacional de Saúde Pública, dos serviços de vigilância epidemiológica e dos serviços médicos de assistência militar que estudam as medidas de prevenção e controlo a tomar.

As conclusões da comissão serão dadas a conhecer no próximo dia 27, mas, até lá, considera-se que é grande o risco de contaminação no Uije, Lunda Norte, Lunda Sul, Zaire, Moxico, Malanje e Cabinda — as sete províncias que fazem fronteira com a República do Zaire onde vivem cerca de 40 por cento dos 12 milhões de angolanos. "É possível que já existam pessoas provenientes de zonas afectadas da República do Zaire que tenham entrado no nosso país. Essa é realmente a nossa maior preocupação", disse ao PÚBLICO Filomena Wilson, da Direcção Nacional de Saúde Pública.

Alertando para o facto de até ao momento as entidades sanitárias das 7 províncias não terem notificado quaisquer "casos que já tivessem ocorridos naquelas áreas", Filomena Wilson refutou as alegações feitas no domingo por médicos

zairenses segundo as quais o surto poderia ter tido origem em Angola. "A mobilidade nas fronteiras permite que as pessoas entrem e saiam com facilidade mas não vamos criar falsos alarmes na população. A presença de um cidadão zairense que permaneceu durante algum tempo na garimpagem de diamantes na Lunda norte não significa que o vírus partiu de Angola".

Outro argumento de peso invocado por esta médica é o de que a OMS nunca incluiu Angola na lista de países africanos onde já ocorreram surtos de Ebola. "A febre hemorrágica surgiu nos anos 70 em certas regiões do Zaire e depois ao sul do Sudão", diz a nossa interlocutora, sustentando que na bibliografia consultada na OMS não se encontra uma única referência sobre Angola. ■

Agitar dos Santos, em Luanda

“O Desejo de Kianda”, de Pepetela

# A ESCRITA INCAPAZ

PÚBLICO, 20.5.95

NELSON SAUTE

O que é confrangedor no último livro de Pepetela — “O Desejo de Kianda” — é que a escrita não se cumpre. Soçobra perante o fabuloso manancial que a dramática realidade angolana — capaz de personagens, situações, imagens e símbolos de grandes possibilidades ficcionais — oferece.

**P**epetela acaba de publicar mais um livro “O Desejo de Kianda”, que se assume — reconhecamos o desassombro do seu autor — como denúncia dos excessos que quotidianamente se cometem em Angola. A despeito de, por vezes, a sua condição política não lhe permitir descrever os acontecimentos sem tropeçar no mariqueísmo. Mas este não é o capital defeito da obra.

“O Desejo de Kianda” participa do luto em que está mergulhada a utopia que justificou os sacrifícios da geração de Pepetela. Aliás, os sinais há muito dobram nas páginas que compõem a extensa bibliografia do escritor angolano.

Desde “Muana Puó”, o primeiro livro que escreveu, até este “O Desejo de Kianda”, passando por “Mayombe”, entre outros tantos títulos, que a obra deste escritor se tem fidelizado à História imediata do seu país. Talvez por isso os seus livros sejam, quase sem excepção, o registo a quente dos acontecimentos políticos que atravessam o quotidiano dos angolanos.

“O Desejo de Kianda” não podia esquivar-se da carga histórica que os títulos que o antecederam continham. Com ele, Pepetela faz a caricatura os últimos anos da tragédia do país, com uma data marcada, de forma arutilante: Outubro de 1992.

O livro começa com páginas carregadas de uma extraordinária pujança. Mas a escrita cedo soçobra. As iniciáticas e fabulosas palavras, sobre as quais paira a tutelar sombra de Garcia Márquez, sobretudo de a “Crónica de Uma Morte Anunciada”: “João Evangelista casou no dia em que caiu o primeiro prédio. No largo do Kinaxixi” (pág. 7), não encontrarão suporte no discurso subsequente.

Adivinha-se-lhe uma exemplar desenvoltura da linguagem. Mas logo somos defraudados. Falta-lhe fôlego. O livro descamba em frases banais. Resvala

para o óbvio. É atravessado pelo senso comum. A prosa é canhestra. As bengalas, como a permanente recorrência ao computador de João Evangelista, “o macho amachucado” (pág. 27) pela exuberante Carmina, a mulher, militante da Jota do MPLA, depois deputada nas eleições e membro do Comité Central do Partido, não ultrapassam a trivial condição de artifício, sem consequências.

A realidade angolana é dramática. O seu quotidiano ultrapassa a qualquer imaginação, por muito vertiginosa ou esquizofrénica que seja. Pepetela sabe colher dela o insólito. As suas melhores personagens têm um bom recorte. Por isso, a recorrência simbólica dos prédios a cair é aqui poderosa. Mas perde-se porque o escritor deleita-se com o óbvio.

“Quando foram conhecidos os resultados das eleições, Carmina não deu festa a celebrar a sua nova condição de deputada, como tinha planeado. Nem era caso para isso, pois os derrotados não aceitaram os resultados e rebentou de novo a guerra. Primeiro em fogo brando, com os rebeldes a avançarem sobre as capitais municipais com os exércitos camuflados durante meses e a expulsarem e perseguirem os administradores e simpatizantes do partido vencedor das eleições” (pág. 49).

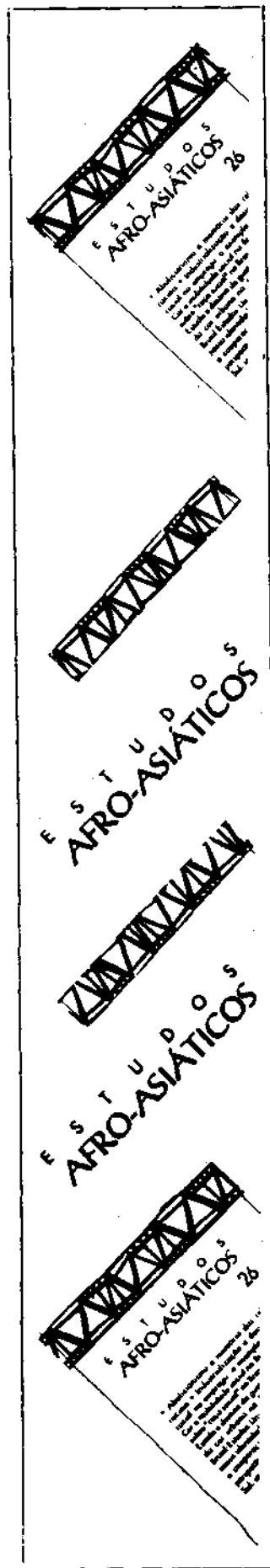
Escrita contaminada pela preocupação interventiva, deixa-se tolher pelo comum senso dos mortais: “Tu és deputada e portanto defensora do povo, de todo o povo” (pág. 54). Ou: “Felizmente algum responsável teve bom senso, no meio da loucura desta guerra estúpida” (pág. 55).

Há também um desequilíbrio no registo do discurso, com diálogos por vezes “à José Saramago”, outras vezes recolhidos num formalismo clássico. A experimentação da língua, que Guimarães Rosa, Luandino Vieira ou Mia Couto levaram até ao limite, encalha na escrita de Pepetela. O escritor resvala para o puro mau gosto quando entra no universo moedido da sensualidade: “Mas como escapar a tão amável convite da adorável Carmina agora com todas as formas recuperada?” (pág. 70).

Tudo se torna confrangedor, porque este livro projecta uma grande promessa. Nada nos surpreenderá, no entanto: “E como havia um carregamento qualquer que ia chegar com sedas e rendas que ela encomendara para a boutiques de luxo. Mas, Carmina, devias ocupar-te de comida, as pessoas morrem de fome, ia ele a replicar mas parou no momento exacto em que abria a boca, não valia a pena contrariar...” (pág. 71).

A sua prosa torna-se literatura panfletária, não raro: “Estamos a criar História, porque estamos a inventar as nossas próprias vias. Chegi de copiar fórmulas do estrangeiro, inventemos os nossos próprios métodos de luta” (pág. 115). Ou: “Quiseram matar o Marx antes de tempo, ele está a caminho para a desforra” (pág. 112). Ou ainda: “João Evangelista sentiu renascer o gosto pela teoria política, não era uma ideologia muito semelhante à dos que ficaram conhecidos como socialistas utópicos”.

É compreensível — e é humano, sobretudo — que o escritor tenha necessidade de ajustar contas com o presente histórico que recusou os seus sonhos. O que é confrangedor no último livro de Pepetela — “O Desejo de Kianda” — é que a escrita não se cumpre. Soçobra perante o fabuloso manancial que a dramática realidade angolana — capaz de produzir personagens, situações, imagens e símbolos de grandes possibilidades ficcionais — oferece. ■



Unavem III no interior de Angola

# No Lobito, ouviu-se outra vez: "Viva a paz!"

PÚBLICO, 20.5.95

Aguar Santos,  
no Lobito

Um pouco de esperança regressou ao Lobito, Angola, com a visita do representante do secretário-geral das Nações Unidas, onde mais uma vez se ouviu gritar "Viva a paz!" Jovens militares portugueses não esconderam o seu espanto ao ver tanta gente a desejar genuinamente o fim do conflito angolano. Há quem faça contas: a desminagem, a abertura de estradas, as necessidades alimentares. Tudo contas de milhões.

Nos seus raquíticos 11 anos, António estava feliz quando a ruída caravana da paz de mais de 60 viaturas vinda de Luanda se mobilizou a entrada do Lobito. Há dois anos ela interrompeu a frequência da 3ª classe, perdeu o contacto com os pais no Luindimbale, na fronteira entre Benguela e o Huambo, e a guerra arrastou-a para os mortos miseráveis do bairro do Liro que circundam o Lobito. Ali vende por cem mil kwanzas pequenos micates, uma imitação da bola de Berlim feita de fuba de milho com óleo de palma. "Agora só queria mesmo ir ver a minha mãe e o meu pai. Não sei se estão vivos ou se já morreram", desabafou, comovida, com a tristeza espectralizada no rosto.

Aos gritos "Viva a paz, viva Beye", milhares de lobitenses saíram à rua para aclamar a delegação da Comissão Conjunta. Sem hipótese de competir a nível da propaganda partidária, uma vez que está ausente das grandes cidades, a UNITA temia que o Governo retirasse sozinho os dividendos políticos desta iniciativa. Mas um compromisso tácito entre ambos permitiu que pelas ruas do Sumbe ou do Lobito apenas se

agitasse panos brancos e dísticos alusivos à paz e Alioune Beye foi a única voz autorizada a elogiar publicamente o Presidente Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. "É uma ilusão dizer que os angolanos se dividem entre os do MPLA e da UNITA. Juntos, eles representam uma infima fatia da população e esta manifestação do Lobito provou que as pessoas estão saturadas de um conflito sem sentido" — comentou um observador do processo de paz.

António Lopes, 1º cabo condutor-mecânico da companhia de transmissões portuguesa ao serviço da Unavem III, não escondia o seu espanto ao ouvir tantas vezes manifestarem-se contra a guerra: "Nunca vi tanta gente na rua e não será possível esquecer isso na minha vida." Para este jovem de 24 anos, cujos pais e a namorada "desataram a chorar quando, no passado dia 8, embarquei para Luanda", a aventura angolana justifica-se "por querer conhecer novas terras e povos e ajudar os angolanos a reconciliarem-se". É, também, para "fazer umas economias com o salário que se paga nas Nações Unidas, ligeiramente superior ao que ganhava em Lisboa".

Na Canjala, o troço mais inseguro que conduz ao Lobito, onde há mais de dois anos não passava uma viatura, um velho de 70 anos resumiu assim o drama de milhões de angolanos: "Até que enfim, posso visitar os parentes e receber um bocadinho de sal do Lobito." Mas se a possibilidade de os camiões e as pessoas voltarem a circular livremente é a grande esperança, não são menores os receios em accionar uma mina ou perder a vida durante um ataque na estrada. As emboscadas aos camionistas são normalmente atribuídas pelos "media" estatais a "grupos armados de proveniência desconhecida", mas um coronel das Forças Armadas Angolanas (FAA) não hesitou em chamar as coisas pelo verdadeiro nome: "São desertores das FAA (Governo) e das FAIA [exército da UNITA] que, sem comida e abandonados pelas suas unidades, atacam na estrada como única forma de sobreviver." Teme-se que, a exemplo do que sucedeu durante a aplicação do fracassado acordo de paz de Bicesse, estes ataques atinjam proporções incontroláveis que conduzam a tensões políticas entre o Governo e a UNITA. A nível da

Comissão Conjunta, chegou a pensar-se na criação de patrulhas mistas entre as FAA e FAIA, ideia que seria posta de lado para não repetir as más experiências de há três anos. "A insegurança nas estradas tem que ser travada. Já estive mais pessimista, agora olho para o processo de forma mais moderada. Mas quando chegar a altura de aquartelar as tropas é que vão ser elas" — confidenciou ao PÚBLICO um oficial português.

As minas constituem outra séria ameaça à vida de quem circula, apesar de bons resultados já obtidos na sua desactivação em regiões como o Cuito e Cunene. A Unicef calcula que existem espalhadas pelo país entre 15 a 20 milhões de minas, um recorde mundial, provavelmente só ultrapassado no Afeganistão, o que requer uma soma equivalente em dólares para a sua neutralização. É que Angola é o país africano que bateu os recordes da presença no seu solo de exércitos estrangeiros. Durante 20 anos de guerra civil, por aqui passaram tropas da Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Zaire, Cuba e África do Sul, incluindo os guerrilheiros da Swapo que lutavam contra a ocupação sul-africana na Namíbia. Pretória já começou a fornecer os mapas de localização das zonas minadas às Nações Unidas, esperando-se que os cubanos façam o mesmo.

A abertura simbólica da estrada de 550 quilómetros que liga Luanda a Lobito seguir-se-ão outras 15 vias rodoviárias, num espaço de quatro semanas. Dentro de dias, a Unavem prometeu tornar operacional a estrada Cuito-Huambo e, segundo o ministro da Administração do Território, Aníbal Rocha, "no princípio de Junho abriremos a estrada Huambo-Benguela, depois a de Luanda-Malanje e até ao fim do mês ligaremos Cuito ao Morongue".

Mas Zé Gordo, um mulato latagão com mais de 30 anos ao volante, não embarca para já em grandes euforias. "Benguela/Lubango, via Lucira, ainda faço. Mas viajar para o Huambo nem pensar!" Com as estradas abertas fica facilitado o desdobramento dos batalhões de infantaria dos sete mil capacetes azuis e a formação de colunas do Programa Alimentar Mundial (PAM) para garantir assistência humanitária a 3,5 milhões de deslocados. "Uns meses atrás, chegámos a realizar 250 voos semanais entre

Luanda e Malanje para evitar a morte de um milhão de pessoas. Gastamos uma fortuna em fretes de aviões, dinheiro que podia ser poupado para adquirir mais alimentos", comentou ao PÚBLICO uma fonte da coordenação das ajudas humanitárias.

Além da insegurança, é urgente desmatar e asfaltar as estradas ou recuperar dezenas de pontes destruídas. Segundo revelou o ministro das Obras Públicas, Construção e Urbanismo, Brito Júnior, é prioritário reparar 6400 quilómetros de estradas que juntamente com as pontes exigirá um esforço financeiro de 300 milhões de dólares. "Esperamos o apoio da comunidade internacional porque o Governo sozinho não pode fazer nada", notou o ministro, pedindo "aos políticos que honrem a sua palavra para que a paz venha para ficar".

É o mesmo que os doadores internacionais querem primeiro confirmar e só depois abrirem os cordões à bolsa. A recuperação do país no pós-guerra ultrapassa os dois mil milhões de dólares e o seu êxito dependerá da posição que os doadores venham a assumir no futuro. "Moçambique, por exemplo, conseguiu doações de 800 milhões de dólares para reabilitar as estradas. Em Angola isso não seria possível. Falta pragmatismo e humildade às autoridades quando negociam com os doadores internacionais", notou fonte diplomática.

É todo o dinheiro amolecido do será pouco, uma vez que só a nível dos diferentes sistemas de transportes é necessário por a funcionar a linha férrea Luanda-Malanje e o estratégico em linha-de-ferro de Benguela. Neste último, a prioridade é reabilitar o troço Lobito-Huambo, um trabalho que levará no mínimo seis meses e para o qual será necessário desembolsar sete milhões de dólares. Para agravar as dificuldades do Governo, os "stocks" alimentares do Programa Alimentar Mundial (PAM) têm diminuído, e dos 170 milhões de dólares prometidos pelos doadores há dois anos, em Genebra, uma metade chegou ao país. A meta alimentar do PAM vai ser em Fevereiro do próximo ano para dar lugar à reabilitação dos deslocados. É preciso que o Governo encontre formas para esta gente cultivar as terras e começar a trabalhar", concluiu a mesma fonte. ■

# A voz do dono

PÚBLICO, 20.5.95

**N**O DIA 27 de Maio de 1965, a RTP emitiu uma mesa-redonda sobre a obra **Luuanda**, de Luandino Vieira. O programa foi para o ar depois do Telejornal, em horário que antecedia a transmissão directa da final da Taça dos Campeões, entre o Benfica e o Inter de Milão. José Mensurado (J.M.) moderou o debate, em que participaram Amândio Cesar (A.C.), José Redinha (J.R.), Geraldo Bessa Victor (G.B.V.) e Mário António (M.A.). Transcrevemos de seguida alguns trechos que ilustram a opinião dos oradores.

**J.M.** — É do conhecimento de todos o escândalo que constituiu a atribuição do Grande Prémio de Novelistica ao livro **Luuanda**, de Luandino Vieira, pela extinta Sociedade Portuguesa de Escritores. É do conhecimento de todos, também, a controvérsia que imediatamente se estabeleceu, à escala nacional, precisamente pelas circunstâncias que todos conhecem, relacionadas com a personalidade do seu autor.

Há um aspecto, no entanto, que nos parece ser fundamental e que ainda não vimos referido no seu contexto certo: é o mérito ou demérito desta obra. Para esse efeito, a RTP reuniu hoje (...) quatro individualidades que têm, dedicado a maior parte da sua vida ao estudo dos problemas ultramarinos. Temos o crítico Amândio Cesar, estudioso de toda a literatura ultramarina; José Redinha, provavelmente o mais prestigioso dos etnólogos angolanos; e, seguramente, dois dos maiores poetas daquela nossa província ultramarina: Geraldo Bessa Victor e Mário António.

Nós vamos tentar, como referi há pouco, analisar a obra de Luandino Vieira no seu contexto puramente literário. (...)

**A.C.** — Não me surpreendeu de maneira nenhuma o prémio atribuído a Luandino Vieira. Quando o livro foi publicado, eu pedi para Angola que esse livro me fosse enviado. (...) O livro tinha uma intenção marcada: é que era acompanhado, no volume que me foi enviado, por um artigo de um jornalista expulso de Angola, natural da Metrópole, no qual se dava o tom que ia acompanhar o aparecimento do livro na Metrópole, tom esse que foi retomado por todas as pessoas que se lhe referiram, com a excepção de um crítico sério chamado João Gaspar Simões. Foi o único homem que leu conscientemente o livro e que, realmente, não lhe achou mérito que justificasse qualquer tomada de posição favorável ao volume, como possivelmente se verificou por parte dos outros membros do júri. Eu próprio, interessado na obra dos escritores do Ultramar, li o livro e não me referi a ele como me referi a livros anteriores de Luandino Vieira, pelo simples facto de considerar que ele estava preso, e preso pelo mais grave de todos os delitos: um delito que tinha sido julgado por um tribunal perfeitamente livre, onde ele teve todos os elementos possíveis de defesa, tribunal esse que o condenou a 14 anos de cadeia. (...) Devo declarar, Mensurado, que o livro é mau... literariamente mau. E acho estranho que a Sociedade Portuguesa de Escritores, há dias extinta, ignorasse tudo o que diz respeito ao passado biográfico de Luandino Vieira e, em compensação, pudesse dizer e referir-se a todos os prémios que o mesmo Luandino Vieira

► possuía no seu «curriculum vitae», alguns deles perfeitamente locais, como você sabe, que são aqueles vários jogos florais, que existem em Angola como existem na Metrópole.

Outra coisa, realmente, devo referir ainda: o facto de um livro de Luandino Vieira, ou um dos contos, como

aliás o referia o comunicado da SPE, já extinta, ter sido conferido pela Casa dos Estudantes do Império. É curioso que essa Casa dos Estudantes do Império tem editado livros e dado prémios em circunstâncias muito especiais. Exemplifico: em 1961, como você sabe — o Mário António e o José Redinha lá estavam e eu testemunhei —, rebentou o terrorismo em Angola; nessa mesma altura, a Casa dos Estudantes do Império editava livros de Manuel Lima, Viriato da Cruz e Agostinho Neto — esse, nessa altura, ainda sob vigilância numa província portuguesa — e que estavam directamente ligados aos acontecimentos do Norte de Angola, acontecimentos a que estava também ligado Luandino Vieira. Luandino Vieira, aliás, tem um livro editado também na mesma colecção da Casa dos Estudantes do Império. É curioso também que, poucos dias antes de ter-se retirado para Argel o escritor Henrique Abranches, a mesma Casa dos Estudantes do Império editava um livro desse mesmo Henrique Abranches. É também estranho que, na altura em que José Craveirinha fugia de Moçambique — aonde regressou depois, voluntariamente, para se entregar as autoridades portuguesas e fez ainda há poucos dias declarações a Lord Russel que o trataram primorosamente bem na prisão e o deixavam escrever à vontade — a mesma Casa dos Estudantes do Império tivesse publicado o único livro metropolitano de José Craveirinha, **Chigubo**...

Portanto, a preparação feita para Luandino Vieira acompanha realmente um movimento de alta traição a inteligência portuguesa e à cultura portuguesa. Devo referir isto e refiro-o com repugnância. Em oito séculos de história literária e de história política, é a primeira vez que um júri, com excepção de um membro, conscientemente deu um prémio a um traidor a Portugal. (...) Não aconteceu isto sob a ocupação espanhola, não aconteceu isto nas invasões francesas, mas aconteceu isto em 1965, e aconteceu conscientemente. Porque eu não acredito, nem ninguém acredita, que o júri, primeiro, ignorava quem era o Luandino Vieira. Também não acredito que, lucidamente, um júri possa dar um prémio a um livro que é realmente de quinta ordem, escrito num estilo que pretende imitar — como se quis dizer — um escritor brasileiro, Guimarães Rosa, e que é apenas uma macaqueação de um escritor de Angola chamado Cochat Osório. (...) Em consciência, devo declarar que só pode ser por motivos extraliterários que se pode premiar um livro destes. (...)

**J.R.** — (...) O livro de Luandino Vieira, nesse aspecto etno-sociológico, mais ampliadamente no âmbito da antropologia cultural, não apresenta interesse de índole qualquer. Eu suponho até que se falseia o conceito da vida social, étnica, histórica e cultural das populações (...). Não encontrei no autor a preocupação de traduzir qualquer dessas feições, quer dizer, de agarrar num povo, pensá-lo, esquematizá-lo e focar uma faceta, ora sociológica, ora antropológica, ora cultural, ora até uma faceta interessantíssima do domínio psicológico. (...)

**G.B.V.** — (...) Parece-me que este livro **Luuanda**, de Luandino Vieira, carece de autenticidade literária, e carece na medida em que não há um estilo. (...) Como é possível que um escritor, embora jovem, mas que

Continua na pág. 8

Chefe das Forças Armadas Angolanas ao EXPRESSO

# O poder militar não se partilha

EXPRESSO, 20.5.95

O GENERAL João de Matos, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA), afirma em entrevista ao EXPRESSO concedida em Lisboa que só depois do aquartelamento e desarmamento das tropas da UNITA e do regresso dos seus generais e deputados a Luanda se poderá falar de paz em Angola. Não comenta o facto de Savimbi poder ser vice-presidente e opõe-se à partilha do poder com os generais da UNITA a nível do Ministério da Defesa e do Estado-Maior das FAA.

EXPRESSO — Acabou a guerra de Angola?

JOÃO DE MATOS — Oxalá!

EXP. — Quer dizer que não acredita na paz?

J.M. — O que há em Angola neste momento é uma trégua, não é paz. O país continua bloqueado, as populações estão refugiadas nas cidades, não se pode cultivar, investir, não há vida. Só haverá paz quando as pessoas puderem circular livremente. Com o aquartelamento da UNITA, o processo ganhará novo impulso.

EXP. — Para quando está previsto o aquartelamento?

J.M. — Consolidado o cessar-fogo, começa a segunda fase do protocolo de Lusaka que prevê o desdobramento das forças da ONU, o regresso dos generais e dos deputados da UNITA a Luanda, a formação do governo de reconciliação, o aquartelamento e desarmamento da UNITA. É a fase decisiva sem a qual não podemos garantir que a paz será efectiva e definitiva.

EXP. — O processo de integração das tropas da UNITA nas Forças Armadas Nacionais (FAA) foi alterado?

J.M. — Foi acordado entre militares que, depois de aquartelados e desarmados, todos os combatentes da UNITA (cerca de 50 mil) serão incorporados nas FAA, que ficarão com aproximadamente 140 mil efectivos.

EXP. — Isso exige um esforço logístico e financeiro...

J.M. — ... muito acima das nossas capacidades económicas. O Governo vai ter de fazer um esforço financeiro suplementar e pedir ajuda à ONU e à comunidade internacional. Pensamos que se os militares, da UNITA e não só, fossem desmobilizados sem uma reinserção efectiva na sociedade civil contribuiriam para aumentar a marginalidade e a crise social.

**"O Governo e a sociedade civil não estão em condições de assegurar a reinserção dos militares"**

EXP. — Como acontece em Moçambique...

J.M. — O Governo e a sociedade civil não estão em condições de assegurar a reinserção dos militares. Por isso acordámos que era melhor mantê-los nas FAA, com o seu salário, a sua vida mais ou menos organizada, e dar-lhes uma formação profissional. Este processo levará dois a três anos. Só então se poderá fazer a desmobilização dos soldados e oficiais milicianos até reduzirmos os efectivos para 60 mil, que é o que precisamos. Os militares profissionais da UNITA serão integrados no quadro permanente, com todas as regalias legais.

EXP. — Acredita que os oficiais da UNITA estão preparados e na disposição de se integrar?

J.M. — Não sei quais são os militares que a UNITA vai indicar para serem membros do quadro permanente. Nas duas reuniões que tivemos este ano o meu interlocutor foi o general Ben Ben que considero uma pessoa aberta, capaz de ajudar a fazer avançar o processo. Por outro lado, a UNITA já não tem a força militar que teve no passado. Está enfraquecida e essa é uma razão pra querer a paz.

EXP. — Pensa que na altura de Lusaka teria sido possível resolver militarmente o conflito?

J.M. — Águas passadas não movem moínhos. Vamos olhar para a frente e unir os nossos esforços para a paz.

EXP. — Uma coisa é assinar a paz quando os beligerantes chegaram à conclusão que não podem ganhar a guerra. Se um dos beligerantes está tecnicamente vencido, a situação é diferente.

J.M. — Tecnicamente podíamos vencer, mas o Governo sempre optou pela solução política. Num estado democrático, os militares obedecem ao poder político legítimo. Os políticos acham que atingiram os seus objectivos e a nós, militares, só nos compete apoiar.

EXP. — Não se repetirá a situação que se criou depois das eleições?

J.M. — Ainda existem em Angola dois exércitos e enquanto esta situação se mantiver não podemos garantir nada. A situação militar só estará segura quando todas as armas que existem em Angola estiverem sobre o controlo das FAA.

EXP. — Pode garantir que as FAA são um exército disciplinado, capaz de cumprir e fazer cumprir as ordens?

J.M. — As FAA não são ainda um exército altamente organizado e disciplinado. Tem apenas três anos de existência e foram criadas numa situação de emergência, para defender as conquistas democráticas consagradas nas eleições de 1992. Cumpriram esta missão. Agora é preciso entrar numa nova fase, na fase de construção de um novo exército moderno, disciplinado, bem preparado e equipado. Há muitos problemas internos por resolver.

EXP. — Portugal vai ajudar?

J.M. — Temos alguns projectos de cooperação. Portugal pode ajudar muito mas a responsabilidade é do Governo angolano. Toda a ajuda internacional é bem-vinda.

EXP. — Savimbi vai ser vice-presidente de Angola. Acha que esta partilha do poder é a melhor solução para a reconciliação nacional?

J.M. — As ordens que temos são as de cumprir os acordos de Lusaka. Estes não incluíam nenhum cargo específico para o Sr. Savimbi. É uma questão política que foi tratada directamente pelo Presidente da República e sobre a qual não me compete especular.

EXP. — Admite partilhar o poder com a UNITA ao nível do Estado-Maior das FAA e do Ministério da Defesa?

EXP. — Na minha opinião pessoal, é uma solução que não se adapta à instituição militar. É contrária à doutrina militar que exige uma única linha de comando e, por conseguinte, não a aceitamos.

NICOLE GUARDIOLA

Continuação da pág. anterior

## A voz do dono

andou a vida toda a escrever na linguagem tradicional da literatura portuguesa, passe de repente a escrever de outra forma? Ele passou a escrever assim: «Vou pôr uma história com bicho e pessoa. Não posso jurar é verdade mesmo, não assisti os casos como passaram.» (...) O livro foi escrito numa linguagem acinosa para tentar captar um certo público. (...) Luandino Vieira é um homem branco, que nunca falou outra língua que não a portuguesa. Esta linguagem não é a dele, nem ele fala assim. Portanto, seria uma obra autêntica se ele pusesse personagens do livro a falar numa linguagem deturpada. Mas ele, enquanto escrevesse, escrevia em escuridão e sã linguagem. Nesta medida em que pretende copiar Cochat Osório, falha, porque Cochat Osório foi autêntico, exprimindo uma personagem que se revelava através da única linguagem que conhecia.

Copiou mal Guimarães Rosa, porque Guimarães Rosa aproveitava-se da ideia de um crioulo, como aliás há em tudo aquilo que foi colónia portuguesa de antanho. Quer em Cabo Verde quer na Guiné, criou-se um crioulo. Em Angola não há esse crioulo e muito menos nos musseques de Luanda. (...) Se me aparecesse

Luandino Vieira que fosse negro ou mestiço de Luanda e não soubesse escrever melhor português e se exprimisse nessa linguagem, ele seria autêntico.

Por outro lado, há outro pormenor. É que essa linguagem tem ainda este aspecto caricatural: a linguagem que ele aqui usa não representa o linguajar de nenhum povo. Representa a expressão deformada, como eu disse, de um certo número de pessoas que, destribalizados, estão no meio caminho para entrar nos domínios da verdadeira civilização e cultura da antiga tradição portuguesa. (...)

M.A. — (...) O que falha a Luandino Vieira é uma coerência dentro do universo linguístico que ele usa, se posso assim dizer, falta uma coerência total... É inconsistente... (...) sobretudo, porque ele utiliza tanto o português normal, o tradicional, como utiliza um português de certo modo criouloizado, como utiliza o calão, e ate abundantemente... (...) Quanto ao conteúdo do livro, quer-me parecer que se encontra nele uma visão de um submundo de cuja existência eu duvido. Quer dizer, não é Luanda, não chega a ser um musseques de Luanda: será, quanto muito, um sector de cuja existência eu duvido no musseques de Luanda. ■





vozes em português

Carlos Lopes\*

# Voto democrático, universal e secreto

PÚBLICO, 21.5.95

**N**a tabanka de Ponate a vida sempre se manteve igual a si mesma. De manhã cedo, com o levantar do sol, Domingos Nhaga, juntamente com os outros homens da zona, ia em direcção aos campos tentando tirar algum rendimento de uma terra cada vez mais sacrificada.

Na parte alagada da colina plantava-se cana-de-açúcar para vender aos proprietários dos alambiques nos arredores de Bula. Era um produto em alta devido a procura cada vez maior de aguardente.

Domingos Nhaga tinha uma família importante. Três mulheres que habitavam na sua moranca e uma outra que tinha ido para a cidade e que passava a vida a pedir dinheiro. Quinta, de seu nome, sempre foi a sua preferida, com os seus ares mais evoluídos e cuidados. Nunca quis trabalhar no campo e plantar os produtos que fazem parte da alimentação de base.

Aqui os homens só se ocupam da agricultura que rende dinheiro. As mulheres são responsáveis pela alimentação da família.

Quinta sempre apostou no dinheiro, para comprar as coisas que Ponate não sonhava conhecer. Panos legos importados, colares especiais com ouro de fantasia, brincos, e até sapatos como os das senhoras brancas. Nem Bula parecia ter o essencial para saciar o seu apetite, pelo que teve de ir mais longe. Vivia agora em Canchungo.

Domingos Nhaga sempre que podia arranjava maneira de ir até Canchungo. Os pretextos eram ridículos, mas a quem tinha ele que dar contas? Certamente a ninguém que lhe era próximo. O importante era mesmo poder estar com Quinta. Quando esta lhe apresentou com o seu primeiro rapaz ficou ainda mais dependente dessa mulher. Ao rebento decidiu chamar-lhe Sábado.

Toda a gente sabia que Sábado era nome de mulher! Mas Domingos e Quinta acharam que era a melhor maneira de seguir a linhagem dos seus próprios nomes. A verdade é que o nome foi sugerido por Quinta e o pai não sabia recusar nada à mãe, pelo que aceitou sem hesitações.

Sem surpresa quando Quinta deu à luz, um ano mais tarde, uma menina, decidiram chamar-lhe Segunda, já que tinha nascido nesse dia da semana. Quinta continuava a viver em Canchungo, na casa de uma irmã que era professora na Escola Secundária Ho Chi Minh. Embora se considerasse bem recebida, sentia agora a pressão do cunhado para que arranjasse um trabalho. Cuidar de três bocas não era a mesma coisa que cuidar de uma. Tanto mais que Quinta queria pólos na escola. Tinha jurado que eles não seriam dependentes do campo, como ela.

A promessa de Quinta efectivou-se. Os seus filhos puderam estudar em Bissau graças a um rendimento seguro que Quinta arranjou. Recebia uns dinheiros por passar as noites com certos senhores ricos de Canchungo e depois, por pressão do meio, passou a fazer o mesmo em Bissau no Bairro de Sintra-Nema, onde se instalou.

Domingos Nhaga já não via Quinta faz muito tempo e ela nem se quer sabia se ele tinha arranjado uma mulher mais nova. As notícias que recebia de Ponate eram distantes e contraditórias. E como Domingos deixou de lhe mandar dinheiro, também pouco lhe importava.

Os miúdos deixaram de o ser. Sábado era agora membro de um partido de oposição. Como membro activo do novo processo, foi escolhido pelo seu partido para fazer campanhas de divulgação e mobilização. Por razões óbvias, decidiu ir para o Norte, na área à volta de Canchungo. Talvez por acaso talvez não, naquele sábado à tarde

eis que o jovem militante da democracia entra triunfalmente na tabanka de Ponate. Sabia ter aí parentes e por isso estava orgulhoso de poder enfrentá-los a sair de um Pajero novo. Prova suprema do seu estatuto social.

O grupo de forasteiros indagou sobre onde se encontrava o Homem-grande da tabanka e para a sua casa se encaminharam sem hesitações. Miúdos acercaram-se do carro para melhor o inspecionar. Os adultos faziam o mesmo, mas de uma forma discreta, sentados à sombra e com ar de desprezo.

O chefe saiu da moranca e acolheu os visitantes com as saudações habituais em kriol. Como que um demonstrasse falar a sua língua, perguntou o nome. Sábado! Era o seu filho. Só o seu filho tinha aquele nome de mulher. Depressa engajou nas notícias da família urbana. Estavam todos bem. O que fazia Sábado, quis saber. Bem... política! Não, queria saber que trabalho tinha? Sábado repetiu, política!

Domingos Nhaga estava agora curioso por saber que política. Pacientemente, Sábado explicou-lhe os motivos da visita. Os seus companheiros não interromperam este diálogo porque se deram conta que era mais útil isto discutir-se entre pai e filho. Já contavam favas ganhas nesta tabanka. Está na mala! Aqui todos vão votar no nosso partido, pensavam.

Entretanto, Sábado parecia não estar tão à vontade. O seu pai estava interessado em coisas da vida dele, da mãe e da irmã que ele tinha dificuldades em explicar e praticamente respondia a todos os seus longos esclarecimentos políticos com mais perguntas domésticas.

Domingos Nhaga não percebia porque seu filho só o conhecia para o mobilizar, para apoiar um tal de partido. Para ele partido era o governo, então como é que podia haver dois governos. A não ser que este fosse um novo governo. Mas para quê, se o actual já era tuoso, africano e tinha sido o que combateu os tuzas? Cada vez percebia menos.

Os companheiros de Sábado foram-se retirando da varanda, estrategicamente. Adivinhavam a necessidade de discrição e o tom amargo que a discussão estava a ter. Sábado persistia. Domingos não entendia como o seu filho, sem trabalho, tinha Pajero e queria formar outro governo. Para ele qualquer coisa não estava bem.

Assim se foi passando o tempo, até que Sábado começou a explicar o tal de voto democrático, universal e secreto. Agora é que a porca torceu o rabo. Domingos queria saber qual era a diferença com o outro voto em que lhe diziam em quem votar e que servia para não pagar o imposto. Pelo menos as coisas eram mais transparentes. Agora este novo voto...? E ainda por cima o seu filho dizia-lhe que ia haver 13 partidos. Então 13 governos? Não, era para ver quem ganha? Mas isto é um jogo de futebol, ou quê? Que grande salada.

Domingos finalmente decidiu aceitar o que o filho lhe tinha pedido. Sábado vinha da cidade e via-se que tinha ido à escola. Vestiu a camisa os tuzas. Prometeu mobilizar toda a tabanka. Sábado despediu-se satisfeito, entrou no Pajero com os amigos e desapareceram deixando atrás de si uma nuvem de poeira.

Domingos Nhaga deixou passar um dia e depois convocou a tabanka. Anunciou que ia haver um grupo de gente que viria a Ponate para que eles dissessem que governo é que queriam. Que agora eram assim, eles podiam escolher e que havia muitos governos que queriam formar partidos. E ditou a escolha para que ficasse mais fácil. Todos deveriam escolher o "voto democrático, universal e secreto". ■

\* Sociólogo guineense

# Caso "África" arquivado na Praia

PÚBLICO, 22.5.95

O TRIBUNAL da Praia mandou arquivar o processo que pendia contra o antigo primeiro-ministro cabo-verdiano Pedro Pires, acusado de ter desviado dinheiro público para financiar o jornal "África" que se publicava em Portugal. A decisão de arquivar o processo foi tomada na quarta-feira passada pela juíza Fátima Corneil e será divulgada na edição de hoje do jornal "A Semana".

Para além de Pedro Pires, eram igualmente acusados os antigos ministros das Finanças, Amado França, da Defesa e Segurança, Julio de Carvalho, e o assessor deste, major Carlos Andrade.

O "África", que se publicava em Lisboa, era dirigido pelo jornalista Leston Bandeira, tendo recebido da cidade da Praia cerca de 30 mil contos. Conjuntamente com o "dossier" da compra de dois aviões Brasília, o financiamento do jornal foi tornado público pelo jornal "Voz do Povo" em 1991, pouco tempo de-

pois das eleições que deram a vitória ao Movimento para a Democracia (MpD) em detrimento do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), liderado então por Pedro Pires.

Na altura os dois casos foram apresentados ao público como exemplos da forma como eram tratados os recursos de um país pobre como Cabo Verde, tendo o executivo de Carlos Veiga prometido levar Pedro Pires e os seus colaboradores a tribunal.

Por sua vez, aquele antigo governante sempre alegou que o dinheiro em causa nunca foi utilizado em seu benefício pessoal, destinando-se antes a fomentar, através do "África", uma imagem mais favorável aos países africanos de língua oficial portuguesa e também de criar um ambiente que propiciasse a paz entre os angolanos, processo de que Cabo Verde esteve envolvido desde o seu início.

Segundo "A Semana", a juíza entendeu essas e outras razões alegadas pelos advogados

de Pedro Pires, tendo por isso rejeitado a acusação do Ministério Público, segundo a qual, enquanto "gestores da coisa pública", o antigo primeiro-ministro e os seus colaboradores deram ao montante em causa destino diverso do legal, utilizando para o efeito vias secretas.

Comentando a decisão da juíza Corneil, Pedro Pires disse que sempre aguardou o desenlace do caso com serenidade e tranquilidade, porque "quando um homem age de boa fé e com objectivos claros, não deve temer nem o julgamento dos homens, nem o da História".

A divulgação dos casos "África" e da compra, através do governo angolano, de dois aviões "Brasília" em que os negociadores dos dois países foram acusados de não terem recebido as devidas autorizações, acabou por revelar que os dois países não revelaram a verdade sobre a cidade da Praia. Sobre tudo, no caso dos "brasíliás", o envolvimento de altas individualidades angolanas, entre elas o presidente José Eduardo dos Santos, acabou

por criar uma tempestade nas relações entre Praia e Luanda.

Tal facto levou o na altura ministro da Justiça, Eurico Monteiro (hoje na oposição a liderar o Partido da Convergência Democrática) à capital angolana no sentido de desfazer o incidente. Na sequência disso, o então director do "Voz do Povo", Daniel dos Santos, foi demitido, passando a ser desde então assessor de imprensa do primeiro-ministro Carlos Veiga.

Curiosamente, enquanto o chamado dossier Brasília praticamente deixou de existir, o caso "África" manteve-se, surgindo sempre à baila em determinados períodos políticos, até finalmente a Procuradora da República o encaminhar ao tribunal. Com a decisão do tribunal da Praia em mandar arquivar o processo, a grande incógnita agora é saber se o Ministério Público irá recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça. ■

Jose Vicente Lopez  
na Cidade da Praia

## Tentativas de renovar a FLING

PÚBLICO, 22.5.95

UMA ALA renovadora da velha Frente de Luta para a Independência Nacional da Guiné (FLING), partido que data de 1962 e que tem um deputado na Assembleia Nacional, em Bissau, pretende que se efectue um novo congresso ainda este ano, o segundo em 12 meses, a fim de resolver "uma certa crise" existente nas fileiras de tal formação.

Um secretário nacional da FLING, José Katengula Mendes, de 42 anos, disse durante o fim-de-semana ao PÚBLICO, em Lisboa, que a maioria dos militantes quer um congresso em que o partido — herdeiro do Movimento de Libertação da

Guiné surgido em 1959 — "lave a sua roupa suja" e consiga um entendimento entre as diversas tendências nele existentes.

De acordo com Mendes e com um seu acompanhante, Vicente Gomes, de 59 anos, membro da representação da FLING na França, o congresso do ano passado, o primeiro em mais de duas décadas, foi "pouco significativo" e para pouco mais serviu do que para a recondução na liderança de François Kankoilá Mendy, sexagenário.

"Começa a ser mais fácil viver na Guiné-Bissau, depois da abertura política. Mas a democracia também tem de estar presente na vida partidária,

dentro das diferentes formações. Defendemos uma renovação de quadros", afirmou Katengula Mendes, 22 anos mais novo do que o chefe e único deputado do seu partido.

"É um problema cultural, este de os dirigentes idosos de alguns partidos africanos não admitirem a crítica de jovens quadros. É sobre isso que andamos agora a falar com os nossos militantes a viver na França e em Portugal; com muitos guineenses que trabalham nas fábricas de Ruão e na construção civil portuguesa", acrescentou aquele político reformista.

"Daqui até ao congresso, vamos ter um certo tempo de

diálogo, entre a presidência da FLING e outras sensibilidades da mesma", resumiu Mendes, que na hierarquia partidária se situa abaixo de Mendy e do secretário-geral José Domingos da Silva, "Média".

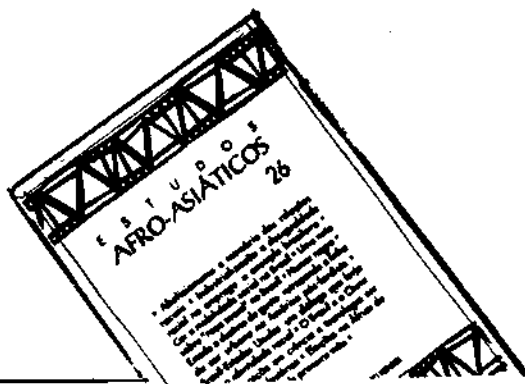
Nas eleições legislativas do ano passado, a FLING, reconhecida em 1963 pela Organização de Unidade Africana (OUA), a par do PAIGC, quando começou a luta pela independência guineense, conseguiu apenas 2,15 por cento dos votos, face aos 39,31 do grupo que sucedeu no poder à administração colonial portuguesa. ■

Jorge Heitor

## Tuberculose no exército angolano

A TUBERCULOSE é a terceira causa de morte entre os militares angolanos, depois da malária e dos traumatismos de guerra, disse, na terça-feira, o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, João de Matos falava no "Workshop Internacional sobre a Tuberculose" que decorreu em Luanda, com a participação de técnicos civis e militares angolanos, portugueses e sul-africanos. As Forças Armadas Angolanas registam uma frequente "indisponibilidade de efectivos" por causa da tuberculose, que tem tendência para se tornar na primeira causa de morte entre os soldados angolanos. ■

PÚBLICO, 25.5.95



# Diálogo com Savimbi

PÚBLICO, 26.5.95

O MINISTRO sem pasta Fernando Faustino Muteka foi ontem ao Bailundo entregar ao líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi, uma carta do Presidente José Eduardo dos Santos sobre questões militares que têm de ser resolvidas sem grande demora e sobre "os entendimentos" que se conseguiram dia 6 de Maio, na histórica reunião de Lusaca.

Os demais partidos, todos aqueles que ficam para além do MPLA e da UNITA, estão a criticar o Presidente da República precisamente por ainda não haver divulgado tudo aquilo que combinou com Savimbi na capital zambiana. Mas espera-se que

mais alguma luz seja lançada sobre o assunto quando, eventualmente durante a segunda quinzena de Junho, o chefe do Galo Negro vier à capital, Luanda, para uma cimeira da Linha da Frente, que está a ser organizada sob a coordenação do chefe de Estado zimbabweano, Robert Gabriel Mugabe.

Entretanto, ontem, à hora em que Muteka estava no Bailundo para dialogar com Savimbi, em nome do Presidente, a Vorgan, emissora da UNITA, lia um editorial sobre o general João de Matos, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas,

dando a entender que — pelo menos na opinião da velha guerrilha — a ala mais dura do regime ainda não foi completamente neutralizada.

De acordo com fonte parlamentar, o secretário do Conselho de Ministros, Carlos Feijó, está à frente de um grupo de trabalho encarregado de dar seguimento ao diálogo de Lusaca, no sentido de se tentar proceder a uma revisão constitucional, para que se possa até ir ao ponto de dar uma vice-presidência a Jonas Savimbi e de admitir um reforço do poder regional. Precisamente para que não se diga mais que, de um e

outro lado, ainda há falcões a dificultar a verdadeira reconciliação nacional.

É sabido que o secretário-geral do MPLA, Lopo do Nascimento, nem sempre em sintonia com José Eduardo dos Santos, admite a hipótese de Angola ser dotada de dois vice-presidentes, tal como a África do Sul. E algumas vezes da oposição alvitram que, se uma delas fosse para o ovimbundo Savimbi, a outra talvez pudesse ser oferecida ao bakongo Holden Roberto, líder da FNLA. ■

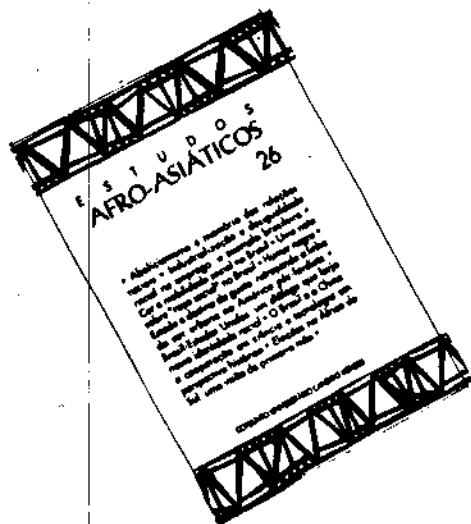
Aguiar dos Santos,  
em Luanda

## Doença do sono em Angola

MAIS de 30.000 angolanos sofrem de doença do sono e muitos mais poderão contrair a doença se não forem tomadas medidas urgentes para a dominar, disseram responsáveis sanitários de Luanda citados pela AFP. A doença do sono (ou tripanosomiase) é causada pelo parasita "Trypanosoma gambiense" ou "Trypanosoma rhodesiense", que é transmitido pela picada da mosca tsé-tsé. A doença caracteriza-se numa primeira fase por febre, dores de cabeça e arrepios, seguindo-se um período de anemia, dores articulares, inchaço dos gânglios linfáticos e cansaço. Finalmente, passados meses ou mesmo anos, o parasita invade os vasos capilares que alimentam o sistema nervoso central e os doentes entram em letargia, podendo morrer. Segundo Joseando Teophile, que dirige um programa nacional de prevenção contra a doença, "mais de três milhões de angolanos estão expostos à infecção". ■ PÚBLICO, 24.5.95

LUANDA LIBERTA PRESOS DA UNITA — O Governo angolano libertou 98 presos políticos da UNITA, iniciativa tomada nos termos dos acordos de paz de Lusaca, anunciou, em Luanda, uma fonte do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV). A libertação, que correu na segunda-feira, incidiu sobre detidos na prisão de Bentiaba, província da Namíbia. Segundo o CICV, mais presos políticos da oposição armada angolana deverão ser libertados hoje, quarta-feira.

PÚBLICO, 24.5.95



## Jardim Gonçalves e os projectos do BCP

# Moçambique arranca

PÚBLICO, 26.5.95

COM 50 por cento do Estado moçambicano e o restante capital do Banco Comercial Português (BCP), Moçambique vai ter a partir de Setembro uma nova entidade bancária, segundo anunciou ontem, em Madrid, Jorge Jardim Gonçalves, presidente da instituição portuguesa. De acordo com o banqueiro português, que, na capital espanhola, a convite da Câmara de Comércio Hispano-Portuguesa, pronunciou uma conferência sobre o sistema financeiro em Portugal, a participação detida pelas autoridades de Maputo poderá, posteriormente, ser privatizada.

Jardim Gonçalves admitiu, ainda, estar a tentar uma "joint-venture" na China, usando como plataforma o Banco Comercial de Macau, banco de rateio da esfera do BCP, e tendo como horizonte 1999, quando aquele território passa a estar sob a jurisdição de Pequim.

Depois de historiar a constituição do BCP e as alterações mais recentes do sistema financeiro português, Jorge Jardim Gonçalves apresentou a sua máxima: "As alianças estratégicas devem ser sempre bilaterais, que sejam interessantes para os dois lados", postura que determina que a entrada de cada parceiro tenha uma negociação concreta em vista e não um objectivo, ainda que inicialmente difuso, de domínio.

Quanto à entrada de parceiros estrangeiros no Banco Português do Atlântico, o banqueiro admitiu, em declarações ao PÚBLICO, ser possível, "embora seja ainda prematuro falar sobre esse assunto". Sobre a assembleia-geral do BCP, que se realiza no início de Junho, Jorge Jardim Gonçalves indicou a entrada de dois novos administradores, Castro Henriques e António Rodrigues. ■

MILITARES PORTUGUESES SEGUEM HOJE PARA ANGO- LA — O destacamento da Companhia de Transmissões 5 (CTM5), que vai integrar a Missão de Verificação da ONU em Angola (Unavem III), parte hoje à noite para Luanda, num voo da TAP, disse à agência Lusa uma fonte do Estado-Maior do Exército. Os 87 oficiais, sargentos e praças portugueses vão juntar-se ao

destacamento avançado de dez militares, entre os quais o comandante do CTM5, Joaquim Câmara Stone, que estão na capital angolana desde o dia 13. Outros quatro capacetes azuis portugueses seguem a bordo do navio romeno Dragasin, fretado pela ONU para transportar material médico romeno e o equipamento do CTM5, que se encontra ao largo da Guiné-Conacri.

PÚBLICO, 25.5.95

Luandino Vieira, em Lisboa, debateu literatura angolana

# Escrever num país esfomeado

PÚBLICO, 26.5.95

DEPOIS DA "renovação significativa" que o livro "Luuanda" operou na literatura que se produzia Angola, é possível antever hoje novas rupturas? Assim, Ana Mafalda Leite, estudiosa portuguesa das literaturas africanas, moderadora com o jornalista José Eduardo Agualusa, iniciou o debate que a Oikos promoveu, terça-feira, na rua Augusto Rosa, nº 40, em Lisboa, com o escritor José Luandino Vieira, no quadro da iniciativa "Dez dias com Angola" — debates, exposições, conferências —, que termina no sábado.

Luandino eximiu-se de "fazer futurologia". Preferiu falar das condições que possibilitaram o surgimento de uma "literatura diferente da portuguesa" inaugurada pelo seu "Luuanda" (premiado pela Sociedade Portuguesa de Escritores, em 1965, facto que determinou o encerramento da instituição e o assalto à sua sede pelas forças salazaristas: "Foi acto deliberado", "uma proposta nacionalista", "uma manifestação de identidade", "Não aceitávamos que nos metessem no mesmo saco do Minho a Timor", "Luuanda" e "Vidas Novas" explicaram, por isso, a oralidade nas linguagens dos museques da capital angolana.

Agualusa afirmou que a obra de Luandino foi contestada pelos angolanos: "É melhor compreendida fora do país". Seria em Moçambique que havia



Luandino Vieira: "Eu tenho pátria. Eu tenho povo"

de encontrar um herdeiro: Mia Couto. "Não é frustrante escrever onde as pessoas não o lêem?" — quis saber. Luandino foi hábil: "Não, é frustrante escrever num país onde as pessoas têm fome."

A literatura angolana — contrariamente ao que acontece em muitos países africanos e à excepção de José Sousa Jamba, — é urbana. Deve-o ao "país doente"? É consequência de uma "clivagem política"? — interrogou Agualusa, para depois interrogar: "Isto não o preocupa?" Luandino: "Preocupa-me, mas não há nada a fazer em termos literários".

Da assistência, Tomás Jorge, poeta angolano, polemizou:

"Não faz sentido falar de literatura angolana. Ainda não há pátria. Ainda não há povo. Havia um mosaico que a guerra fracionou. O que justifica a pressa em falar de uma literatura que não existe?" Luandino Vieira: "Eu tenho pátria. Eu tenho povo".

Depois, a literatura cederia lugar à política. O escritor seria substituído pela figura do antigo secretário-geral da União de Escritores Angolanos. E julgado publicamente. De permeio, a inquietação por uma Angola dilacerada. "Muitos escritores que lutaram contra o regime colonial, participariam na repressão depois da independência. Por que é que não

denunciaram os mesmos erros do passado?" — perguntou-se na assistência. O autor de "Nós, os do Makulusu" descartou-se: "Se houve escritores que participaram na repressão, quer dizer que houve os que não participaram".

O debate, muito vivo, atou-se por vezes na críspação. Foi interessante, contudo. Quanto mais não fosse pela aparição do "escritor enigmático". Luandino Vieira, exilado numa aldeia perto da Galiza, está à escrita. Finalmente. Porque toda a sua obra foi construída na prisão. Houve quem ironizasse: "Temos que prendê-lo para voltar a escrever". ■

Nelson Saite

## Investimento português regressa a Moçambique

PORTUGAL tomou-se o maior investidor estrangeiro em Moçambique, tendo ultrapassado o Reino Unido, que tradicionalmente ocupava o primeiro lugar na hierarquia dos investidores. As autoridades moçambicanas apuraram, segundo dados revelados pelo secretário de Estado Briosa e Gala, 36 milhões de dólares de investimento português em 1994, contra 24 milhões do segundo classificado, a África do Sul.

## Chuva mata em Angola

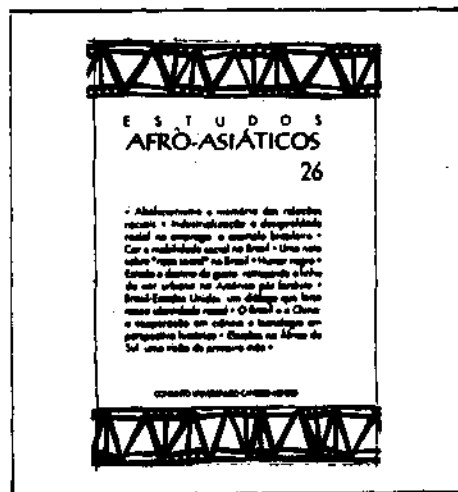
UM PRÉDIO desabou, na quinta-feira, na localidade de Caala, na província de Huambo, matando 33 pessoas entre as quais 25 crianças.

EXPRESSO, 27.5.95

A queda do edifício onde funcionava um centro nutricional da ONG «Concern» foi provocada pelas chuvas diluvianas que afectam o Planalto angolano. Não há notícias de mais vítimas entre a população nem entre os funcionários das organizações humanitárias que operam na região.

## Butros-Ghali vai a Luanda

O SECRETÁRIO-GERAL da ONU irá a Luanda na segunda quinzena de Junho para assistir à reunião do Comité da Organização da Unidade Africana para Angola, presidida por Robert Mugabe, Presidente do Zimbabwe. O líder da UNITA deverá estar também presente.



# RTPi e RDPI na Guiné: ACORDO É ASSINADO AMANHÃ

PÚBLICO, 29.5.95

O ACORDO para a transmissão das emissões internacionais da RTP e da RDP na Guiné-Bissau vai ser assinado amanhã, em Lisboa, pelos ministros da tutela portuguesa e guineense, disse à agência Lusa fonte oficial em Bissau. O chefe de gabinete do ministro guineense da Comunicação Social, Francisco Barreto, explicou que, apesar de todos os pormenores estarem já acertados, a assinatura do acordo, inicialmente prevista para hoje, far-se-á apenas amanhã.

O adiamento deve-se à chegada tardia à capital portuguesa do também porta-voz do Governo, Hélder Proença, proveniente de Damasco, onde participou na III Sessão da Conferência Islâmica dos ministros da Informação.

Em Lisboa, Marques Mendes, por Portugal, e Hélder Proença, pela Guiné-Bissau, assinarão o acordo, prevendo-se que, "no quadro do aprofundamento da cooperação no domínio da informação", o ministro guineense permaneça em Portugal até dia 4 de Junho. Nesse sentido, Francisco Barreto e Adriano Ferreira, este presidente do

conselho de administração da Radiotelevisão da Guiné-Bissau, que acompanharão o ministro guineense na sua deslocação à capital portuguesa, partiram ontem de Bissau.

Apesar de a decisão sobre o início das emissões da RTPi e RDPI poder acontecer na reunião da comissão mista de cooperação luso-guineense, agendada para a última quinzena de Junho, na capital guineense, prevê-se que as mesmas possam começar o mais tardar dentro de um mês.

A Guiné-Bissau havia pedido a Portugal para "clarificar" alguns aspectos do acordo, nomeadamente o financiamento para a construção de raiz de um novo centro de produção de rádio. Na proposta de protocolo adicional ao acordo de cooperação no domínio da comunicação social entre os dois países, a que a Lusa teve acesso, Portugal compromete-se a financiar a construção do centro, com uma área de cerca de 300 metros quadrados, fornecendo os equipamentos técnicos necessários para um estúdio de gravação.

A divergência surgia precisamente aqui, dado que a Guiné-Bissau argumentava que esse financiamento fora já acordado nos planos de cooperação para 1994, projecto que data de 1992, e que, como tal, esse aspecto estava fora do âmbito negocial.

Por outro lado, faltava também "clarificar" a forma como Portugal iria suportar os encargos de mais seis horas de emissão diária na televisão guineense. Neste período, a emissão da RTPi funcionará como complemento à da Radiotelevisão da Guiné-Bissau (RTGB) — das 12h às 18h —, para depois surgir, então, um "segundo canal". Neste caso, a proposta portuguesa indica que Portugal suportará "todos os encargos", mas apenas com o combustível necessário para assegurar as emissões complementares da RTPi na rede da RTGB. Segundo Francisco Barreto, Portugal criou, contudo, mecanismos de compensação, que não especificou, para financiar os custos com despesas de pessoal, dado que a emissão abrirá seis horas antes do período normal de funcionamento. ■

## Eleições autárquicas em 1996

PÚBLICO, 28.5.95

"AS ELEIÇÕES autárquicas de 1996, as primeiras do seu género que se efectuam no país, deveriam ser aproveitadas para se aprofundar a democracia, uma vez que após as legislativas e as presidenciais do ano passado a grande mudança por que se esperava ficou adiada", disse ao PÚBLICO a líder do Fórum Cívico Guineense, Antonieta Rosa Gomes.

"Neste último ano, não houve melhoria de vida na Guiné-Bissau, mas sim frustração, designadamente no que diz respeito às condições de vida do funcionário públi-

co, que está com um salário mínimo de 250 mil pesos (2.700 escudos)", alegou Antonieta, de passagem por Lisboa, depois de em São Paulo haver obtido um mestrado em Direito de Estado.

"O povo votou pela mudança, mas a oposição foi penalizada pelo método de Hondt, que alguns dos seus membros haviam preconizado; e o PAIGC, com menos de 40 por cento dos votos nas legislativas, ficou com 62 por cento dos lugares na Assembleia", recordou a única candidata que houve em 1994 à Presidência da República.

"Tudo continua na mesma e há uma certa resistência do PAIGC em aceitar as regras democráticas, tendo inclusive aprovado uma Lei da Magistratura que tira a independência ao Supremo Tribunal, ao prever que sem o chefe do Estado a designar e exonerar o respectivo presidente. Faltam-nos tribunais independentes; e é por isso mesmo que o Presidente João Bernardo Vieira poderia muito bem vetar esta Lei da Magistratura, que ainda não foi promulgada", argumentou Antonieta Rosa Gomes. ■

## Savimbi na 'linha da frente'?

EXPRESSO, 27.5.95

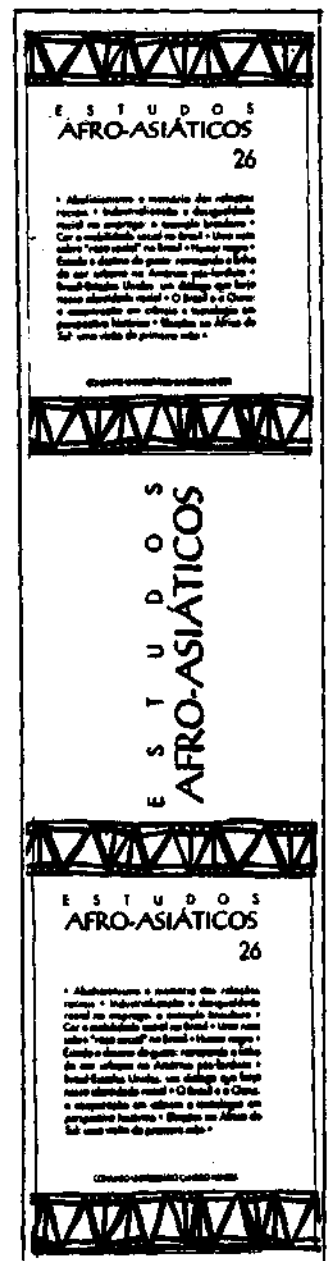
O PRESIDENTE Eduardo dos Santos pretende fazer coincidir a realização da próxima cimeira dos países da «linha da frente» em Luanda com a presença de Jonas Savimbi na capital angolana, apurou o EXPRESSO junto de fonte diplomática. O encontro poderá ter lugar antes da realização da Cimeira da OUA, prevista para meados de Junho em Adis Abeba.

Depois do encontro com o líder da

UNITA na capital zambiana, Eduardo dos Santos aposta na reunião da «linha da frente» para obrigar Savimbi a garantir, perante os chefes de Estado da região, a observância do protocolo de Lusaka e a aceitação de uma nova ordem constitucional.

Entretanto, o início da segunda fase da aplicação do protocolo de Lusaka esteve no centro de nova troca de mensagens quinta-feira, entre Eduardo dos Santos e Savimbi, visando o desarmamento, o acantonamento das forças da UNITA e o regresso das tropas do Governo aos quartéis.

Coordenação de FERNANDA BARÃO



U M A B R A Ç O  
A C A B O V E R D E



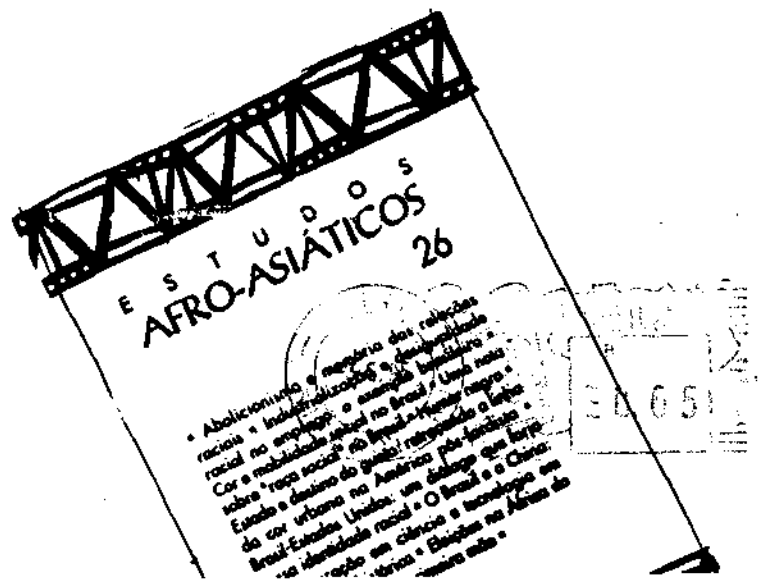
SHOW BENEFICENTE  
EM FAVOR DAS VÍTIMAS  
DA ERUPÇÃO DO VULCÃO  
DA ILHA DO FOGO

COM TITO PARIS

DIA 7 DE JUNHO, ÀS 21 HORAS  
TEATRO GLÓRIA

## Notícias Africanas

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.



I M P R E S S O